

CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO RIO DE JANEIRO – CMT-RIO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14 horas, realizou-se, em caráter híbrido, reunião extraordinária do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda do Rio de Janeiro – CMT-RIO, presencialmente na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Prédio Anexo, 9º andar, no Gabinete do Subsecretário de Gestão.

Estiveram presentes o Secretário Municipal de Trabalho e Renda, Manoel Vieira; a Subsecretária Executiva, Cristiane Izidoro; a Secretária Executiva do Conselho, Viviane Schwenck; e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Franciane Duarte Lima, Luiz Carlos Guimarães Serafim, Anderson Rocha, Vinicius de Oliveira Moraes, Luiz Carlos Rozendo, José Carlos de Melo, Jorge Viana, Hélcio Cáceres Guimarães, Thor Carvalho, Maria Rita Catonio Barbosa, Renata Reis, Juliana Gomes e Cynthia Jaques Duarte.

Leitura e aprovação da ata anterior

A Secretária Executiva Viviane Schwenck procedeu à leitura da ata da reunião anterior.

Todos os conselheiros manifestaram concordância, sendo a ata aprovada por unanimidade.

Ponto de Pauta 1 – Plano de Qualificação Social

Guilherme Sanches, gerente de compras e licitações da Subsecretaria de Gestão apresentou informações sobre o Plano de Qualificação Social, cujo objetivo é qualificar 450 jovens até 31 de dezembro de 2025. Solicitou a extensão do prazo de execução até 31 de dezembro de 2026.

O Secretário Manoel Vieira esclareceu que a ação é voltada ao Carnaval, com foco em cursos de arte, dança e música, e ressaltou que o valor total do plano é de R\$ 720 mil, considerando que o projeto não foi executado pela antiga gestão.

O conselheiro Luiz Carlos Rozendo (SINTRACONST) propôs votação para definição de prazo entre 6 ou 12 meses, sendo aprovada por unanimidade a extensão por 12 meses.

Ponto de Pauta 2 – Projeto “Empregos Verdes” e Instituto Niemeyer

O Secretário Manoel Vieira questionou se a proposta do Instituto Niemeyer sobre empregos verdes já havia sido aprovada.

A conselheira Renata Reis (Fecomércio) manifestou-se contrária à exclusividade de uma única instituição e sugeriu abrir novas possibilidades de participação da sociedade, abstando-se de votar. Sugeriu ainda que se busquem outras opções no mercado.

O Secretário Manoel Vieira esclareceu que não há recursos disponíveis no momento, o que impossibilita a realização de chamamento público, destacando que não se trata de aprovação de projeto, mas de definição de diretrizes, sendo o Conselho soberano nas deliberações.

Guilherme Sanches, gerente de compras e licitações da Subsecretaria de Gestão, esclareceu que o plano de trabalho já foi aprovado pelo Conselho e pelo Ministério do Trabalho. O Secretário complementou informando que o recurso foi retomado em 2025, e que, mesmo sem verba imediata, é possível criar um “Banco de Projetos” para futuras execuções.

O conselheiro Jorge Viana (Sintergia) destacou a importância de aguardar a liberação de recursos e de viabilizar os melhores projetos, questionando a possibilidade de ampliação de recursos.

O Secretário Manoel Vieira explicou que o Conselho define se haverá contratação direta ou por emenda específica, pois alguns recursos vêm abertos e outros com destinação definida, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para o Banco de Projetos.

O Secretário consultou os presentes sobre a formação do GT, ficando acordado que o tema voltará à pauta da próxima reunião ordinária.

O conselheiro Luiz Carlos Serafim (SMAS) declarou-se contemplado com o encaminhamento.

Encaminhamentos:

- Criação futura do GT do Banco de Projetos;
- Aprovação do escopo do projeto do Instituto Niemeyer.

Ponto de Pauta 3 – Aditivo do Plano de Ação dos Serviços (2023–2025)

O coordenador de Empregabilidade da Subsecretaria de Trabalho e Qualificação, Tiago Romanelli, apresentou considerações sobre a complementação de aditivo do plano de ação, informando que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) solicitou detalhamento dos recursos e objetivos, além da adequação da resolução de aprovação.

Guilherme Sanches, gerente de compras e licitações da Subsecretaria de Gestão, esclareceu que, embora o processo anterior tenha simplificado a natureza das despesas, foi necessário retornar ao modelo inicial de detalhamento.

O coordenador de Empregabilidade da Subsecretaria de Trabalho e Qualificação, Tiago Romanelli, informou que o valor final é de R\$ 1.018.032,38, com um acréscimo de R\$ 338.497,00 mil devido à nova redistribuição do MTE.

O Secretário Manoel Vieira explicou que a Secretaria de Fazenda é responsável pela mediação do planejamento e orçamento, ressaltando que, apesar do acréscimo, o plano já havia sido aprovado.

Esclareceu ainda que a verba é destinada exclusivamente ao SINE, não podendo ser aplicada em ações de qualificação.

Questionado por Jorge Viana (Sintergia) sobre a possibilidade de uso em outras áreas, o Secretário reafirmou que não é permitido.

O coordenador de Empregabilidade da Subsecretaria de Trabalho e Qualificação, Tiago Romanelli, acrescentou que o plano é composto por quatro blocos, sendo que cada um possui repasse federal específico, de execução vinculada.

Deliberação:

Todos os conselheiros aprovaram a redistribuição dos recursos por natureza de despesa, referente ao aditivo do Plano de Ação dos Serviços 2023–2025 do Bloco de Gestão e Manutenção.

Nada mais havendo a tratar, o Secretário Manoel Vieira encerrou a reunião, sendo esta ata lavrada por Viviane Schwenck, Secretária Executiva do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2025.